política

Melo apresenta projetos para alterar tarifas do Dmae

Pacote inclui matéria que muda contribuição na iluminação pública

/ PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz
amandas@jcrs.com.br

PEDRO PIEGAS/PMPA/DIVULGAÇÃO/JC



Prefeito projeta que matérias sejam apreciadas até o final deste ano

O prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), apresentou ontem um pacote de projetos de lei que será encaminhado à Câmara Municipal e deve ser votado ainda neste ano. Entre as principais propostas estão a reformulação da estrutura tarifária do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) e mudanças na Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip), com o objetivo de ampliar os investimentos na segurança pública.

Durante coletiva no Centro Administrativo Municipal, Melo afirmou que os projetos devem chegar ao Legislativo até hoje. A intenção é organizar uma força-tarefa para viabilizar a votação até o fim do ano.

A reformulação da estrutura tarifária do Dmae busca adequar a legislação municipal às normas federais de saneamento e tornar a cobrança mais transparente. Atualmente, os usuários pagam uma franquia mínima de água, independentemente do consumo. Com a mudança, a conta será composta por uma parcela fixa e outra variável, calculada conforme o volume consumido, além da cobrança de esgoto nos locais atendidos pela rede coletora.

Uma das principais alterações será a ampliação da tarifa social, que passará a contemplar automaticamente famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico). O desconto de 50%, atualmente aplicado até 10 metros cúbicos, será estendido para 15 metros cúbicos, com abatimentos de 40% e 30% para faixas superiores. A estimativa da prefeitura é ampliar o benefício de 48,6 mil para 62,6 mil famílias em 2027.

O projeto também reduz de 12 para seis as categorias tarifárias, distribuídas nas categorias residencial, residencial social, comercial, industrial, pública e institucional. Esta última incluirá hospitais e instituições públicas de ensino, creches conveniadas, clubes esportivos, templos e associações carnavalescas.

A proposta prevê ainda a adoção do IPCA como referência para os reajustes. A partir de 2027, a regulação tarifária ficará sob responsabilidade da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs).

Segundo o diretor-presidente do Dmae, Vicente Perrone, a reformulação não pretende aumentar o faturamento da autarquia, mas redistribuir os valores cobrados. Conforme estimativa apresentada por Perrone, os consumidores residenciais que utilizam de três a quatro metros cúbicos poderão ter acréscimos de R$ 2 a R$ 3 na conta, enquanto aqueles com consumo próximo da média de 12 metros cúbicos deverão pagar menos.

O projeto POA Iluminada, Conectada e Segura propõe mudanças na Cosip para adequá-la à reforma tributária e permitir o financiamento de ações de segurança e monitoramento urbano. A medida substitui os valores fixos por faixas progressivas, conforme o consumo de energia elétrica.

Com a mudança, 63% dos consumidores residenciais e 62% dos não residenciais permanecerão com os valores atuais. Para residências, a cobrança terá aumentos progressivos em faixas de consumo superiores a 200 kWh mensais.

Melo defendeu a ampliação da cobrança para quem consome mais. "Alguns vão pagar mais, porque consomem mais. E se expande o investimento em segurança pública", afirmou.

Entre os investimentos previstos com a arrecadação adicional estão novas câmeras de videomonitoramento, sistemas de reconhecimento facial e identificação de placas de veículos, drones autônomos e totens de segurança. O projeto também contempla a integração de câmeras privadas à rede municipal e uma plataforma de monitoramento de ocorrências e da infraestrutura urbana.

Precatórios, Procempa e Copa Feminina estão na pauta

O pacote de projetos a ser enviado para a análise dos vereadores também prevê a redução de 30 para 10 salários-mínimos do limite para pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs).

Outra proposta permite a utilização de créditos de precatórios para quitar débitos municipais, limitada a 80% do valor, além de acordos diretos com credores mediante deságio de 25%.

Para a Copa do Mundo Feminina de 2027, o Executivo pretende criar a Secretaria Extraordinária da Copa (Secopa), com oito cargos temporários para coordenar os preparativos da Capital.

Por fim, a prefeitura apresentou um projeto de reestruturação da Procempa, empresa de processamento de dados da Capital, que prevê maior autonomia na formação de equipes, ampliação da atuação no mercado e redução da dependência financeira da companhia.

PF afasta delegados da chefia em área encarregada do caso Master

/ POLÍCIA FEDERAL

A Polícia Federal (PF) decidiu afastar de funções de chefia dois delegados que atuavam na coordenação de investigações relacionadas ao Banco Master.

Os delegados são Daniel Mostardeiro Cola, coordenador-geral de Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro, e Wedson Cajé Lopes, que exerce a função de substituto eventual da coordenação.

As mudanças ocorrem em meio a uma reestruturação da área responsável por inquéritos que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF), incluindo as investigações sobre suspeitas de irregularidades envolvendo o Master.

Em nota divulgada ontem, a Polícia Federal afirmou que as alterações em cargos de chefia e coordenação não afetam as investigações em andamento, incluindo as operações Compliance Zero, que apura suspeitas de irregularidades envolvendo o Banco Master, e Sem Desconto, que investiga fraudes em descontos associativos de aposentados e pensionistas do INSS.

Segundo a corporação, as designações e dispensas de funções de confiança são atos administrativos relacionados à organização interna da instituição e não interferem na condução dos inquéritos.

"As funções de chefia e coordenação exercidas na Polícia Federal não se confundem com as atividades finalísticas de condução de investigações", afirmou a instituição.

A PF acrescentou que as mudanças não implicam alterações nas equipes responsáveis pelas apurações conduzidas pela Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção.

A corporação também afirmou que não comenta individualmente decisões relacionadas à gestão de pessoal e que as nomeações e dispensas para funções comissionadas seguem critérios de "conveniência e oportunidade administrativa".

Na mesma manifestação, a Polícia Federal informou que ainda está elaborando os relatórios solicitados pelo presidente do Supremo, ministro Edson Fachin, sobre informações envolvendo integrantes da corte encontradas nas investigações do Banco Master.

O pedido foi formalizado por Fachin em 2 de outubro, por meio de ofício encaminhado à corporação. Segundo a PF, a elaboração dos documentos segue os termos acordados em reunião realizada em 13 de outubro entre o presidente do Supremo e representantes da instituição.

Segundo integrantes da cúpula da PF, ainda não há relatórios prontos para serem encaminhados ao tribunal. A previsão é que os documentos sejam concluídos e enviados até o final de novembro.

A cúpula da Polícia Federal determinou que sejam elaborados relatórios individualizados para cada ministro mencionado, sem análises de conteúdo, cruzamento de dados ou emissão de juízos de valor sobre as informações reunidas.

A orientação é que os documentos se limitem à apresentação dos elementos encontrados durante as apurações, sem avançar sobre a conduta dos magistrados ou estabelecer conclusões sobre eventual envolvimento em irregularidades.

Lula escolhe Fausto Mendanha Gonzaga para integrar o TRF-1

/ JUDICIÁRIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nomeou o juiz federal Fausto Mendanha Gonzaga para o cargo de desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1). A decisão foi publicada ontem no Diário Oficial da União.

Fausto Medanha exercia o cargo de juiz na 2ª Relatoria da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Goiás. Ele vai ocupar a vaga deixada em aberto pelo juiz aposentado Novély Vilanova da Silva Reis.

Lula escolheu o primeiro e mais votado nome da lista tríplice definida e divulgada pelo próprio TRF-1 em fevereiro deste ano.

Além de Mendanha, que obteve 31 votos do tribunal, completavam a lista Itagiba Catta Preta Neto, da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), com 27 votos, e Henrique Gouveia da Cunha, também do SJDF, com 24 votos.

Henrique Gouveia tem trabalhado no gabinete do ministro do Supremo Tribunal Federal Kassio Nunes Marques. Já Itagiba Catta suspendeu a posse de Lula como ministro da Casa Civil do governo Dilma Rousseff (PT) em 2016.